

MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

1/11

CNPJ/MF Nº 19.296.342/0001-29

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2017 - Consolidado

Senhor Acionista,

A Diretoria da MGI - Minas Gerais Participações S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação de V.S.s. o Relatório da Administração que destaca as principais ações desenvolvidas pela Companhia, as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, às quais se incorporam ainda o Relatório dos Auditores Independentes, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

Durante o exercício de 2017, a MGI manteve o foco em sua missão e sua visão, com o intuito de contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Minas Gerais. Nesse contexto, estão abrangidos os serviços de administração de ativos e imóveis do Estado por meio de contratos celebrados com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF), bem como o serviço de suporte administrativo mediante contrato celebrado com a Advocacia Geral do Estado (AGE). Destacam-se, ainda, o Programa de Investimento em Convênios e os pagamentos de contraprestações de parcerias público-privadas (PPP's) por intermédio da subsidiária EMIP.

O cenário externo apresentou-se mais favorável à Companhia se comparado às adversidades enfrentadas no decorrer do exercício anterior. A redução da taxa de juros favoreceu o desempenho da Empresa no período, resultando na diminuição dos juros sobre as debêntures emitidas. Em contrapartida, a Companhia ainda foi negativamente afetada pela recessão econômica no âmbito da recuperação de créditos e comercialização de imóveis, bem como no aumento da inadimplência da carteira de Direitos de Crédito Autônomos.

Não obstante as adversidades enfrentadas, a Companhia foi eficiente na condução de suas atividades. Destacam-se os valores repassados ao Estado de Minas Gerais, decorrentes de recuperação de créditos e venda de imóveis, que superaram em 25% os valores repassados no exercício anterior.

Diante do exposto, a Diretoria considera satisfatórios os resultados alcançados, com destaque para o importante suporte oferecido ao Estado de Minas Gerais durante o exercício.

2. A MGI

2.1 Estrutura Societária

A MGI é uma estatal, vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF-MG) e integrante da Administração Pública Indireta, tendo como acionistas o Estado de Minas Gerais (99,9557%), o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG (0,0288%) e a Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG (0,0093%). O restante das ações (0,0062%) encontra-se em tesouraria.

A Companhia atualmente detém participação nas seguintes sociedades:

- EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A. (subsidiária integral) - 100%;
- Cemig - Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - 0,10%;
- Empresas do Grupo Gerdau S.A. - 0,46%;
- Copasa - Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A. - 0,13%;
- BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - 0,90%.

2.2 Identidade Organizacional

Missão: Atuar de forma efetiva, em conjunto com a Administração Pública de Minas Gerais, nas soluções que envolvam o desenvolvimento de atividades socioeconômicas.

Visão: Ser modelo de suporte ao Desenvolvimento Estadual.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1 Gestão de Ativos

Em sua atuação na recuperação de créditos em liquidação, da carteira da MGI, cedidos pelos antigos bancos estaduais BEMGE e CREDIREAL, a Companhia arrecadou, no exercício de 2017, o montante de R\$3.542 mil, inferior em 28,95% ao exercício de 2016, quando a arrecadação totalizou R\$4.985 mil.

Mediante contratos celebrados com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF), a Companhia atua, também, na administração dos ativos recepcionados pelo Estado em decorrência da extinção da MINASCAIXA e da privatização dos Bancos BEMGE e CREDIREAL e na alienação de bens imóveis não de uso, pertencentes ao Estado de Minas Gerais. No exercício de 2017, no âmbito dos contratos celebrados, a MGI arrecadou e repassou à SEF o montante de R\$10.855 mil proveniente da recuperação de créditos em liquidação e alienação de bens imóveis. Esse valor superou em 24,84% o apurado no exercício anterior, quando totalizou R\$8.685 mil.

Gestão de Ativos	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016 / 2017
Valores Arrecados (R\$ mil)						
Ativos Próprios	10.599	5.576	7.800	4.985	3.542	(28,95%)
Ativos do Estado de Minas Gerais	5.104	2.546	7.577	8.695	10.855	24,84%
TOTAL	15.703	8.122	15.377	13.680	14.397	5,24%

Considerando a natureza e data em que os empréstimos foram concedidos (mais de 20 anos), a falta de bens penhoráveis e/ou garantias, a baixa liquidez dos imóveis, já que muitos deles encontram-se ocupados, e somando esses fatores à atual recessão econômica, a MGI considera relevantes os valores arrecadados.

Os contratos celebrados proporcionaram à MGI, no exercício de 2017, receitas no montante de R\$ 1.656 mil, 14,37% inferior ao valor auferido no exercício anterior. A redução ocorreu em virtude da exclusão, no contrato celebrado com a SEF, do serviço de suporte à Advocacia Geral do Estado (AGE), reduzindo assim o valor global do contrato MGI/SEF. Em abril de 2017, a MGI celebrou contrato diretamente com a AGE para continuidade da prestação do referido serviço. Portanto, a redução da receita reflete o lapso temporal de aproximadamente três meses em que houve vacância entre os contratos, bem como a situação de calamidade financeira vivida pelo Estado de Minas Gerais, que impossibilitou o reajuste contratual.

3.2 Direitos de Crédito Autônomos

De acordo com a posição de 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui um saldo de Direitos de Crédito Autônomos a receber de R\$1.753.461 mil (R\$1.786.983 mil em 31 de dezembro de 2016).

Neste exercício, foi contabilizado a título de variação monetária ativa o valor de R\$98.761 mil (R\$128.634 no exercício de 2016), enquanto os valores recebidos no exercício totalizaram R\$115.197 mil (R\$170.084 mil no exercício de 2016).

A Companhia possui, ainda, considerando o marco de 31 de dezembro de 2017, um saldo de R\$42.981 mil a receber do Estado de Minas Gerais relativo às parcelas de direitos creditórios devidas à MGI pagas pelos contribuintes diretamente ao Estado.

Importante ressaltar que o saldo de parcelamentos rompidos - isto é, com parcelas inadimplidas há mais de 90 dias - vem aumentando no decorrer do tempo. A Companhia apura trimestralmente o valor justo e o impairment da carteira. Considerando esses efeitos, o valor justo do saldo de Direitos de Crédito Autônomos é de R\$630.579 mil na posição de 31 de dezembro de 2017 (R\$530.221 mil em 31 de dezembro de 2016).

A variação significativa observada no valor justo da carteira é decorrente da mudança de estimativa contábil referente ao impairment da renegociação, ou seja, da majoração da carteira decorrente dos parcelamentos, em que as condições do parcelamento original sofrem alterações, tais como o alongamento do prazo e perda ou a redução de descontos anteriormente concedidos.

Até o exercício de 2016, a Companhia vinha estimando em 100% o impairment da renegociação, por considerar muito baixa a expectativa de recebimento desses valores. A partir do exercício de 2017, com a maturidade da carteira e uma maior série histórica para análise, foi possível constatar que os valores de renegociação possuem a mesma expectativa de recebimento que o restante da carteira. Desta forma, a Companhia passou a estimar a perda da totalidade da carteira com base nas mesmas premissas, que consideram a média de recuperação da carteira e a probabilidade de default.

Vale destacar que a MGI poderá utilizar a carteira de parcelamentos, inclusive rompidos, para quitar as debêntures subordinadas. Desta forma, a Administração entende que o crescimento do saldo de parcelamentos rompidos não representa um risco relevante para a Companhia.

3.3 Debêntures

Com base na posição de 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui obrigações decorrentes da segunda e quinta emissões de debêntures, tendo liquidado sua terceira emissão em 30 de agosto de 2017.

Durante o exercício de 2017, a Companhia provisionou despesas de R\$167.451 mil a título de juros sobre as debêntures emitidas. No exercício anterior, essas despesas totalizaram R\$223.029 mil. O decréscimo de 23,22% foi devido, principalmente, à redução da taxa DI, à qual é indexada a remuneração das debêntures.

Os pagamentos de juros e amortizações das debêntures emitidas são realizados rigorosamente nos termos das respectivas escrituras de emissão. O quadro abaixo apresenta os pagamentos efetuados de janeiro a dezembro de 2017:

Pagamentos efetuados (R\$ mil)	Juros	Principal	Total pago
(a) Segunda Emissão	76.864	-	76.864
(b) Terceira Emissão	1.516	28.630	30.146
(c) Quinta Emissão	103.791	-	103.791
Total	182.171	28.630	210.801

(a) Debêntures Subordinadas (Segunda Emissão)

A Companhia possui um saldo de R\$972.368 mil a pagar referente às debêntures subordinadas, que foram integralmente subscritas pelo Estado de Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor totalizava R\$969.531 mil.

As debêntures subordinadas vencem em 2022 e não possuem amortizações ordinárias intermediárias de juros e principal. Podem ocorrer amortizações extraordinárias a critério da Emissora. De janeiro a dezembro, ocorreram amortizações extraordinárias de juros no montante de R\$76.864 mil.

(b) Debêntures Seniores (Terceira Emissão)

As debêntures de terceira emissão foram liquidadas em 30 de agosto

A MGI repassou aos convenientes, neste exercício, o montante de R\$13.994 mil referente a parcelas de convênios celebrados em exercícios anteriores. Considerando as devoluções recebidas a título de prestações de contas de convênios já encerrados, que totalizaram R\$ 24.856 mil no período, a variação líquida foi negativa em R\$10.862 mil, de modo que o montante acumulado líquido de pagamentos passou de R\$ 1.184.919 mil em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.174.056 mil em 31 de dezembro de 2017, conforme quadro abaixo.

Pagamentos de Convênios (R\$ mil)

Órgão Interviente	Montante Líquido em 31/12/2016	Movimentação no Período Pagamentos	Devoluções	Montante Líquido em 31/12/2017
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG	5.069	-	(51)	5.018
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG - SEDINOR	1.913	-	(13)	1.900
Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG - SECIR	96.700	315	(1.538)	95.477
Sec. Est. Administração Prisional de MG - SEAP	16.592	-	(2.415)	14.177
Sec. Est. Esportes de MG - SEESP	6.172	-	-	6.172
Sec. Est. Turismo de MG - SETUR	8.230	-	(471)	7.759
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG - SETOP	997.787	13.679	(18.084)	993.382
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	31.758	-	(2.285)	29.473
Sec. Est. Governo - SEGOV	4.234	-	-	4.234
Sec. Est. Cultura - SEC	12.864	-	-	12.864
Sec. Est. Des. Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior- SEDECTES	3.600	-	-	3.600
TOTAL	1.184.919	13.994	(24.857)	1.174.056

As prestações de contas desses convênios devem ser, inicialmente, apresentadas pelos convenientes às Secretarias de Estado intervenientes, em até 90 dias após o vencimento dos instrumentos

originais ou dos aditamentos efetuados. Essas prestações de contas visam a confirmar o cumprimento do objeto do convênio quanto a sua execução física e financeira, além do atingimento do fim social.

4 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Indicadores Selecionados	2013 reapresentado	2014 reapresentado	2015	2016	2017
4.1 Receita Operacional Líquida	303.249	525.090	297.067	275.149	196.025
4.2 Custo Operacional	(182.415)	(312.338)	(263.710)	(287.842)	(263.280)
4.3 Lucro Bruto	120.834	212.752	33.357	(12.693)	(67.255)
Resultado Financeiro Líquido	40.928	113.872	54.550	34.422	17.467
Resultado Líquido do Exercício	(28.608)	183.197	(611.512)	(133.435)	(12.480)
4.4 LAJIDA	(60.867)	80.000	(663.538)	(167.813)	(29.903)
LAJIDA ajustado	6.380	188.345	(43.552)	(58.123)	(58.018)

4.1 Receita Operacional Líquida

As receitas operacionais da MGI são compostas de atualização monetária da carteira de direitos de crédito autônomos (DCA), amor tização do ajuste a valor justo no reconhecimento inicial da carteira DCA, participações acionárias, recuperação de créditos, prestação de serviços ao Estado de Minas Gerais e venda de imóveis.

Em 2017, estas receitas somaram 196.025 mil, sendo a mais representativa a atualização monetária dos direitos creditórios autônomos, correspondente a 50,38% da receita total, seguida pela amortização do ajuste a valor justo no reconhecimento inicial da carteira, que representou 35,74%, conforme demonstrado abaixo:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2013 reapresentado	2014 reapresentado	2015	2016	2017	Variação 2017 / 2016	Análise Vertical 2017
Receitas de atualização monetária	120.339	128.941	129.871	128.635	98.761	(23,32%)	50,38%
Amortização ajuste reconhecimento inicial DCA	152.869	129.748	110.386	90.473	70.069	(22,55%)	35,74%
Receita de participação acionária	18.238	260.274	47.997	51.127	23.102	(54,81%)	11,79%
Receitas de recuperação de créditos	10.599	5.576	7.800	4.985	3.542	(28,95%)	1,81%
Receita de serviços	3.088	2.814	2.049	1.934	1.656	(14,37%)	0,84%
Receitas de vendas de imóveis	-	-	1.166	1.041	614	(41,02%)	0,31%
Imposto sobre serviços (ISS)	(154)	(141)	(102)	(97)	(83)	(14,43%)	(0,04%)
PIS/COFINS	(1.730)	(2.122)	(2.100)	(2.949)	(1.636)	(44,52%)	(0,83%)
RECEITA TOTAL	303.249	525.090	297.067	275.149	196.025	(28,76%)	100%

4.2 Custo Operacional

O custo operacional da MGI em 2017 foi de R\$ 263.280 mil, sendo o mais significativo o custo com os juros sobre as debêntures emitidas, que representaram 63,60%, seguido da amortização do ajuste no a valor justo no reconhecimento inicial das debêntures subordinadas (2ª emissão), correspondente a 33,16%.

Custo Operacional (R\$ mil)	2013 reapresentado	2014 reapresentado	2015	2016	2017	Variação 2017 / 2016	Análise Vertical 2017
Juros sobre debêntures	129.053	190.839	210.108	223.029	167.451	(24,92%)	63,60%
Amortização ajuste reconhecimento inicial debêntures	43.823	111.367	40.604	54.345	87.292	60,63%	33,16%
Pessoal	3.390	3.807	3.784	4.511	5.137	13,88%	1,95%
Obrigações por repasse	2.013	3.240	4.360	2.217	979	(55,84%)	0,37%
Custos dos imóveis vendidos	-	-	1.805	1.549	745	(51,90%)	0,28%
Amortização de custos de transação	2.861	2.196	1.769	1.109	563	(49,23%)	0,21%
Serviços de terceiros	665	593	827	613	658	7,34%	0,25%
Despesas judiciais	324	144	331	291	256	(12,03%)	0,10%
Demais custos	286	152	122	178	199	11,80%	0,08%
CUSTO TOTAL	182.415	312.338	263.710	287.842	263.280	(8,53%)	100%

A verificação do atingimento do objeto conveniado se inicia pela análise da prestação de contas pela interveniente, que emitirá pareceres técnico e financeiro, posteriormente enviados à MGI, para que proceda à sua análise e julgamento definitivo das contas. Também é de responsabilidade das Secretarias intervenientes a inspeção física (*in loco*) desses convênios. A não comprovação do atingimento dos preceitos definidos nos contratos de convênios determina o impedimento de novos repasses de recursos e a promoção de tomada de contas especial com o consequente ressarcimento dos valores repassados devidamente atualizados.

Convênios Pendentes de Prestação de Contas em 31/12/2017

Situação dos Convênios	Quantidade	Valor (R\$ mil)
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG - SEAPA	49	4.840
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG - SEDINOR	2	135
Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG - SECIR	142	37.494
Sec. Est. Administração Prisional de MG - SEAP	6	14.666
Sec. Est. Esportes de MG - SEESP	1	6.172
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG - SETOP	577	215.712
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	100	26.564
TOTAL	887	311.704

A maior parte desses convênios já teve a prestação de contas entregue à Secretaria interveniente para validação e envio à MGI. Os demais são objetos de medidas administrativas anteriores a Tomada de Contas Especial ou de tomada de contas especial, conforme detalhado abaixo:

Detalhamento da Situação dos Convênios Pendentes de Prestação de Contas

Situação	Quantidade	Valor (R\$ mil)
Prestação de contas em análise na Secretaria interveniente	832	281.938
Convênios em processo de tomada de contas especial	1	273
Convênios com medidas administrativas anteriores a Tomada de Contas Especial	54	29.493
Total	887	311.704

A MGI tem agido junto às respectivas Secretarias no sentido de agilizar e acompanhar a referida prestação de contas, buscando, periodicamente, informações sobre a análise dessas contas. Além disso, a Companhia vem aprimorando continuamente seus controles internos, com o intuito de conciliar as informações da área de convênios com o Sistema de Gestão de Convênios da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais (SIGCON). Adicionalmente, a Companhia cumpre com todas as suas atribuições previstas no âmbito de governança estabelecida para convênios.

3.6 Subsidiária Integral

A EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, atua como mandatária do Estado de Minas Gerais em contratos de concessões e parcerias público-privadas, para isso assumindo obrigações relacionadas às contraprestações pecuniárias ou de qualquer outra natureza no âmbito dos referidos contratos. No exercício de 2017, foram pagos como contraprestações aos parceiros privados, em nome do Estado de Minas Gerais, o montante de R\$85.214 mil. No exercício de 2016, foram pagos R\$213.379 mil. Essa redução se deve ao fato de várias contraprestações terem sido pagas diretamente pelo Estado de Minas Gerais, sem intermédio da EMIP.

A EMIP atua, ainda, na comercialização de bens imóveis próprios não de uso, tendo auferido neste exercício uma receita líquida de R\$551 mil com a venda de 18 imóveis por meio de concorrências públicas. No exercício anterior, foi apurada receita líquida de R\$944 mil com a venda de 25 imóveis.

Tendo em vista a crise econômica vivenciada pelo país, bem como o fato de muitos imóveis componentes da carteira da EMIP possuírem baixa liquidez, a Administração considera satisfatórios os resultados alcançados.

Analisando o período de 05 anos (2013/2017), observa-se que a receita operacional líquida apresenta uma tendência decrescente, a exceção de 2014, devido à distribuição de dividendos extraordinários pela Cemig, em que a receita foi consideravelmente superior aos demais exercícios.

A tendência de queda está relacionada, sobretudo, à amortização do ajuste no reconhecimento inicial dos direitos de crédito autônomos (DCA). Esta receita, que como citado acima, representou em 2017 35,74% da receita total da MGI, teve uma queda de 22,55% em comparação com o exercício de 2016. Os decréscimos anuais observados nessa rubrica se justificam pela própria característica da operação.

No reconhecimento inicial dos DCA, em 2012, foi registrado um ajuste a valor justo (conta redutora do ativo) no valor de R\$ 734.717 mil. Este valor é amortizado com base no método de juros efetivos e a receita operacional decorrente corresponde à diferença entre a amortização acumulada de cada período e a amortização acumulada do período anterior. Dessa forma, à medida que a conta redutora do ativo diminui, a receita também decresce.

Estima-se que, ao final da operação, em 2022, esta receita seja de R\$ 211 mil. Cumpre esclarecer que este recurso é reconhecido para fins de atendimento às normas contábeis, não gerando impacto sobre o caixa da Companhia.

Outro fator preponderante para a redução da receita em 2017, comparativamente com o exercício anterior, foi a redução de 22,55% na atualização monetária da carteira DCA, em virtude da redução da taxa SELIC no período e da diminuição do saldo da carteira, em consequência do próprio fluxo de recebimentos.

Os juros sobre debêntures reduziram 24,92% no exercício de 2017, comparativamente com o exercício anterior, em função da redução da taxa DI, à qual está indexada a remuneração das debêntures, e da liquidação da terceira emissão em agosto de 2017. Anteriormente, de 2013 a 2016, esse custo apresentava uma tendência crescente, em consonância com o crescimento da taxa de juros no mesmo período. O crescimento mais expressivo ocorreu de 2013 para 2014, em virtude da quarta emissão de debêntures, ocorrida em 2014, que foi substituída pela quinta emissão em 2015 para inclusão de um instrumento de hedge.

Outro custo relevante é a amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures de segunda emissão, que correspondeu a 33,16% do custo total deste exercício, apresentando um expressivo crescimento de 60,63% em relação ao exercício anterior.

Assim como foi registrado um ajuste a valor justo (conta redutora do ativo), no reconhecimento inicial dos direitos creditórios, em 2012, também foi registrado um ajuste a valor justo (conta redutora do passivo) no reconhecimento inicial das debêntures subordinadas, no mesmo valor de R\$ 734.717 mil, e da mesma forma é amortizado